

# EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos a edição 14 da Revista JurisFIB do curso de Direito das Faculdades Integradas de Bauru – FIB com artigos científicos que buscam contribuir para o permanente desenvolvimento do Direito e a encontrar respostas jurídicas adequadas para as transformações sociais contemporâneas.

A Revista JurisFIB tem como missão a promoção da pesquisa científica avançada desenvolvida a partir da compreensão da realidade social e do diálogo entre áreas do conhecimento científico. O diálogo entre áreas do conhecimento científico, produzem respostas ricas, profundas, para a complexidade da sociedade na atualidade e nesse contexto, o Direito se coloca como fio condutor nessa busca de respostas para os dilemas da complexidade.

Dessa forma, já no primeiro artigo há o encontro do Direito com a Ética com o tema: “A bioética, os direitos da personalidade e a pesquisa envolvendo seres humanos”, de autoria dos pesquisadores Leonardo Estevam de Assis Zanini, Odete Novais Carneiro Queiroz. O artigo busca respostas para os limites das pesquisas envolvendo seres humanos, relacionando-os com os princípios da bioética.

Na sequência, Ana Luzia dos Santos Rosa e Wilson Engelmann apresentam a temática “Branquitude e Feminismo Negro: uma análise da Hermenêutica da Branquitude e da Interseccionalidade como ferramenta analítica frente a realidade das mulheres negras brasileiras” e destacam a relação da Branquitude e do Feminismo Negro no Brasil no que concerne a existência de um Pacto

Narcísico da Branquitude que busca a perpetuação do sistema que mantém o poder e o privilégio do grupo dominante branco.

A “Análise da obra O Estrangeiro de Albert Camus sob o crivo da Moral e do Direito” é o próximo artigo. Natan Galves Santana busca realizar um diálogo entre Direito e Literatura para refletir sobre Direito e Moral.

Os autores Bruno de Lima Silva e André Rafael Weyermüller enfrentam o tema “Ensino Jurídico, Epistemologia e Transdisciplinaridade” com o objetivo de rever o conceito da transdisciplinaridade e sua aplicação no ensino jurídico, especialmente no tocante às atividades de formação de professores.

Em seguida, Vinicius Melo procura analisar aspectos específicos do pensamento de Hans Kelsen, a fim de investigar se existem elementos que possam justificar uma suposta legitimação do discurso de ódio nazista com base em suas concepções, com o artigo “Da (Suposta) Legitimação Kelseniana ao discurso de ódio nazista”.

No próximo artigo, Mariana Almeida Dias Oliveira enfrenta o tema “Controles de Constitucionalidade e Convencionalidade: caso Gomes Lund versus Brasil e as ADPF’S 153 e 320”. A pesquisa tem por objeto analisar a relação do Estado Brasileiro com o direito internacional e debater sobre o aparente conflito entre as decisões da Suprema Corte e da Corte Internacional de Direitos Humanos.

“A Proteção Jurídica do Meio Ambiente: uma análise à luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos” foi o tema enfrentado por Laura Gabriella Muniz da Silva, João Vitor, Flavianne Nóbrega. A presente pesquisa investiga qual o tratamento dado pelo SIDH ao direito ao meio ambiente e a sua contribuição para o contexto brasileiro.

Na sequência, Maysa Devides e Bruno Vicente Lippe Pasquarelli analisam a influência do processo político da ditadura chilena nas tomadas de decisão do governo de Sebastián Piñera a fim de determinar as consequências do período à presente sociedade, com o propósito de entender como as atitudes do comando militar atuaram na política atual do país, com o artigo “Transições Políticas e Feminismo: um estudo do Chile sob o governo de Sebastian Piñera”.

“O Sistema Federativo de Cooperação entre a Democracia Participativa e a Subsidiariedade” foi o artigo apresentado por Doacir Gonçalves de Quadros e Fernando Coimbra Marques Farias Magalhães Bispo de Sales. O artigo busca realizar uma análise conceitual sobre o sistema federativo de cooperação e

tecer algumas considerações sobre a sua vigência após 35 anos da promulgação da Constituição de 1988.

O próximo artigo, “Mecanismos de Fragilização Democrática: a desestabilização das instituições dentro da quadratura constitucional”, do autor Pedro Henrique do Prado Haram Colucci, visa analisar o fenômeno do constitucionalismo abusivo para definir práticas que atingem as democracias contemporâneas por meio da utilização de mecanismos de alteração constitucional para enfraquecer a própria arquitetura institucional dos regimes.

Os autores Bruno Oliveira, Gabriela Cardoso dos Santos e Julia Scarpinati enfrentaram o tema “O Federalismo Fiscal e o Sistema Único de Saúde”, buscando respostas para o financiamento de uma ambiciosa política pública de saúde.

O artigo “Os Vinte Anos de Vigência do Código Civil: os principais impactos do reconhecimento da família multiespécie no Brasil à luz do recurso especial nº. 1.713.167 do Superior Tribunal de Justiça e do Projeto de Lei nº. 179/2023”, das autoras Elenita Araújo e Silva Neta e Nathaly Oliveira de Almeida Correia, analisa o julgamento do Recurso Especial nº. 1.713.167 pelo Superior Tribunal de Justiça e a confecção do Projeto de Lei nº. 179/2023 e os (possíveis) impactos no Código Civil, em relação ao possível reconhecimento da família multiespécie no Brasil.

Ricardo Alexandre Costa e Carlos Renato Cunha apresentam um estudo descritivo e exploratório sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil e no contexto internacional, com o artigo “A Lei Geral de Proteção de Dados um estudo descritivo e exploratório da sua aplicação no Brasil e no cenário internacional”.

O fechamento dessa edição apresenta o tema “Animais como Sujeitos de Direitos: uma mudança paradigmática nos tribunais brasileiros” das autoras Haide Maria Hupffer e Thaís Rúbia Roque. O artigo tem por objetivo apresentar como diferentes países se posicionam em suas legislações internas sobre a proibição de crueldade contra os animais não humanos e se consideram os animais não humanos como seres sencientes, bem como busca-se analisar os fundamentos das decisões jurisprudenciais que reconhecem os animais não humanos como seres sencientes e sujeitos de direito.

Percebe-se, portanto, a reflexão sobre temas atuais e importantes do cenário jurídico nacional e internacional, com a necessidade de um

aprofundamento do diálogo do Direito com outras áreas do conhecimento, que enriquece o conteúdo das pesquisas e amplia a compreensão do fenômeno jurídico a partir de sua incidência para regular os diversos sistemas sociais da sociedade pós moderna e os (novos) fatos jurídicos que surgem no cenário das transformações tecnológicas e sociais.

Como podem observar, os artigos desta edição foram selecionados com muito critério e cientificidade, com destaque a pluralidade e transversalidade dos temas pesquisados pelos autores. Esperamos que os textos possam trazer grandes contribuições e promover debates muito relevantes.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Prof. Dr. Camilo Stangherlim Ferraresi  
*Editor-Chefe Revista JurisFIB*